



# PACTU

Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava



ANO 29 - NÚMERO 483  
16 A 20/09/2024

## CAMPANHA NACIONAL

# Acordo traz várias conquistas

A nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária, que terá vigência até a data-base de 2026, foi assinada no dia 10/09 entre o Comando Nacional e a Fenaban. O texto garante aumento de 4,64% para os salários e todas as verbas, o que significa um ganho real de 0,9%, além de várias outras conquistas. **Página 3**



### Caixa



**Comando avalia que proposta traz avanços!**  
**Página 2**

### Maioria dos funcionários do BB aprova acordo

O acordo, assinado no dia 10/09, traz uma série de avanços importantes.

**Página 3**

Bancários do Itaú vão receber PLR e PCR no dia 20/09

**Página 2**

Eleições municipais  
**Categoria tem candidatos em Umuarama e Guarapuava**

**Página 4**

# Empregados da Caixa avaliam nova proposta de acordo

Nos dias 10 e 11/09, houve nova rodada de negociações entre o Comando Nacional do Bancários, a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal e representantes do banco. Os empregados e empregadas haviam rejeitado a proposta apresentada pelo banco, principalmente em função do impasse em torno das cláusulas sobre caixas e tesoureiros. Tanto o Comando quanto a CEE Caixa consideram essas cláusulas muito relevantes, mas observaram que é preciso um tempo maior para debatelá-las, o que deverá ser feito fora do Acordo Coletivo de Trabalho. A Comissão dos Empregados reforça que a proposta negociada com o banco traz importantes avanços. Nas questões econômicas a proposta segue a mesa única da Fenaban, com reajuste de 4,64% para os salários e todas as verbas, com aumento real de 0,9%. Há avanços em outras cláusulas como, por exemplo, incorporação de função, Saúde Caixa, previdência/Funcf, férias, vale transporte, licença médica, compensação de horas, diversidade e inclusão, transferências de PcDs e licença paternidade, entre outras. A proposta seguiu para votação em assembleias na quinta-feira, dia 12/09, apenas para os sindicatos que a haviam rejeitado nas assembleias dos dias 05 e 04/09. Até o fechamento desta edição não se tinha o resultado da votação.



Acesse e leia mais!

## Bancários do Itaú vão receber PLR e PCR no dia 20 de setembro

### Santander frustra seus funcionários

Após proposta de retirada de direito, reunião de negociação para a renovação do Acordo terminou sem avanços significativos.



Acesse e leia mais!



Bancários do Itaú vão receber PLR e PCR no dia 20 de setembro.

As bancárias e os bancários do Itaú vão receber a antecipação da PLR e do Programa Complementar de Remuneração (PCR) no dia 20 de setembro de 2024. Esses direitos estão assegurados no Acordo Coletivo de Trabalho válido para os anos de 2023 e 2024. O valor do PCR será definido de acordo com o percentual de atingimento do Retorno sobre Patrimônio (ROE) médio anual recorrente. Caso o ROE seja de até 22%, o valor será de R\$ 3.678,16. Se ultrapassar 22%, o valor será de R\$ 3.855,12. A Comissão de Organização dos Empregados (COE) Itaú agora cobrará do banco a abertura das negociações sobre as questões específicas e espera que o Itaú atenda às reivindicações da categoria.

## Financiários aguardam proposta decente



O Coletivo Nacional dos Financiários segue aguardando uma proposta digna por parte da Fenacrefi, para fechar o acordo coletivo da categoria. A décima rodada de negociações foi realizada no dia 05/09 e durou um dia inteiro. Na reunião, ficou evidente que a bancada patronal não demonstra interesse em avançar nas negociações, deixando os trabalhadores sem uma resposta clara e definitiva. A Fenacrefi apresentou duas propostas insatisfatórias, muito abaixo das expectativas da categoria, que foram prontamente rejeitadas na mesa de negociação. A Contraf-CUT classifica essa postura dos patrões como “um desrespeito inaceitável aos financiários, que merecem condições justas e adequadas de trabalho”.

A reunião foi encerrada sem uma data definida para o próximo encontro, o que gera ainda mais incerteza e frustração entre os trabalhadores. “Nós estamos à disposição para continuar as negociações, desde que seja com uma proposta digna”, finalizou Magaly Fagundes, dirigente da Contraf-CUT.

# Bancários e bancárias assinam acordo com várias conquistas

O aumento real é de 0,9%

A nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária, que terá vigência até a data-base de 2026, foi assinada no dia 10/09 entre o Comando Nacional e a Fenaban. O texto foi aprovado por quase 70% dos bancários e bancárias de todo o país. Do total de 140 sindicatos que realizaram assembleias, somente 9 não aprovaram a proposta. Os avanços em relação à última CCT incluem aumento de 4,64% em 2024 e 0,6% de aumento real em 2025, para o salário e todas as verbas, como vales alimentação e refeição, auxílio creche/babá e PLR, tanto para 2024 quanto para 2025.



Acesse e leia mais!

## COMO FICAM OS VALORES A PARTIR DE SET/2024

Piso Portaria	2.449,58
Piso Escritório	3.197,22
Piso Caixa e Tesoureiro	4.319,03
Gratificação de Caixa	761,65
Outras Verbas de Caixa	360,15
Auxílio Refeição	1.110,06
Auxílio Alimentação	874,78
13º Auxílio Alimentação	874,78
Auxílio Creche / Babá	659,67
Requalificação Profissional	2.285,84
Ajuda de Custo Teletrabalho	1.134,60
<b>PLR - Regra Básica</b>	
Valor fixo	3.343,04
Teto regra basica	17.933,79
Teto regra basica majorada	39.454,29
<b>PLR - Parcela Adicional (teto)</b>	6.942,28
<b>Antecipação PLR</b>	
Valor fixo	2.005,82
Teto regra basica antecipação	10.760,26
Teto antecipação adicional	3.471,13

## PRINCIPAIS CONQUISTAS

- Aumento real de mais de 1,5% até 2025.
- Combate ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no trabalho.
- Maior participação das mulheres na tecnologia.
- Abono de ausência para Pessoas com Deficiência (PCDs).
- Prevenção à violência contra a mulher bancária
- Combate à violência contra a mulher na sociedade
- Igualdade salarial entre homens e mulheres.
- Criação de um Comitê de Gestão de Crise em casos de calamidades climáticas.
- Realização do Censo da Categoria Bancária em 2026
- Requalificação profissional em função das novas demandas tecnológicas.
- Repúdio à discriminação contra pessoas LGBTQIA+, com destaque para pessoas transgênero, e promoção de um ambiente de trabalho inclusivo.

## Maioria dos funcionários do BB aprova acordo

A maioria dos funcionários do Banco do Brasil aprovou a proposta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) negociado com o banco, em assembleias realizadas em 04 e 05/09 e 09 e 10/09. O Acordo foi assinado dia 10/09. A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) considerou a aprovação exitosa, pois o acordo traz uma série de avanços importantes.

**Gratificação de Caixa** O banco está assumindo o compromisso de manter a gratificação do caixa até dezembro deste ano, para os agentes comerciais que vinham recebendo esta gratificação.

**Rede de negócios** – Revisão dos cargos de assistente de negócios, supervisor de atendimento e

caixas. Serão abertas quatro mil vagas para nova função com jornada de 6 horas e 2.700 vagas para o cargo de 8 horas. Também serão abertas 500 vagas de gerente de relacionamento.

**Elevação do teto da PLR** – A partir da próxima PLR já estará valendo a nova regra, com limite de sete salários por ano.

**Encarreamento** - O banco reduzirá o prazo para a concorrência para 12 meses na nomeação de diversas funções na rede de varejo. BB também irá retirar a trava 10% de claros para casos de ascensão.



Acesse e leia mais!

# Os bancários nas eleições municipais Categoria tem candidatos em Umuarama e Guarapuava



**Cris Ramos encabeça candidatura coletiva com participação de Ronaldo Moreira em Umuarama**



**Orlando Stavinski, candidato a vereador em Guarapuava**

Dos cinco Sindicatos que compõem o Pactu, dois deles (Umuarama e Guarapuava) estão representados nas eleições municipais que ocorrerão no dia 06 de outubro deste ano. Os bancários, como se sabe, formam uma categoria com um longo histórico de organização, lutas e avanços ao longo de muitas décadas.

É oportuno ressaltar que o movimento sindical bancário, além de defender os interesses da categoria, acumulando conquistas ano após ano, também luta por mudanças que beneficiem toda a sociedade. E é nesse contexto que algumas lideranças sindicais se lançam na política com o propósito de defen-

der os interesses da coletividade.

Esse é o caso da empregada da Caixa, Maria Cristina Ramos, diretora do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região, e do bancário do Bradesco, Orlando Stavinski, diretor do Sindicato dos Bancários de Guarapuava, que disputam uma vaga na Câmara Municipal de suas respectivas cidades. Cris Ramos encabeça uma candidatura coletiva integrada também pelo artesão Ronaldo Moreira. Tanto Cris Ramos quanto Orlando possuem um histórico de muita luta em defesa dos trabalhadores e suas propostas estão alinhadas com a Plataforma da Classe Trabalhadora elaborada pela CUT.

## Novas regras deixam venda de escolas no Paraná ainda mais antidemocrática



O governo do Paraná publicou o Decreto 7.235/24 que regulamenta a Lei 22.006/2024. Aprovada a toque de caixa, a lei permite a entrega do ensino público do Paraná para entidades privadas, com a transferência de recursos milionários. As novas regras criadas pelo governador Ratinho Jr. tornam o processo ainda mais antidemocrático. O Decreto estabelece que nas escolas onde o comparecimento de pessoas aptas a votar for inferior ao determinado pelo próprio governo, a decisão sobre privatização ou não caberá à Secretaria Estadual da Educação, não mais valendo a decisão da comunidade escolar. Isso significa que o governo do Estado não fará o mínimo esforço para garantir o processo democrático, pois quanto menos pessoas forem votar, melhor será para os planos de Ratinho Jr.

Segundo o Sindicato dos Professores do Paraná (APP-Sindicato), a privatização vai jogar R\$ 2 bilhões por ano nas mãos de empresas privadas, com um lucro estimado de R\$ 240 milhões. O investimento que hoje é de cerca de R\$ 8 por estudante passará a ser próximo de R\$ 800 nas escolas privatizadas. Uma Ação Direta de

Inconstitucionalidade foi protocolada no Supremo Tribunal Federal em julho deste ano, questionando a privatização. O governo do Paraná já foi intimado a se manifestar, mas o processo de desmonte continua.



**Acesse e leia mais!**